



ECONOMIA URBANA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Diogo Jordão Silva

Universidade Federal Fluminense

diogojordao@id.uff.br

Silvana Cristina da Silva

Universidade Federal Fluminense

silvanasilva@id.uff.br

1. INTRODUÇÃO

A pobreza apresenta-se como uma característica marcante do espaço urbano brasileiro. Grande parte das pessoas que habitam as médias e grandes cidades do país vive em condições precárias, sem acesso a empregos e salários satisfatórios, assim como a bens e serviços necessários à sua sobrevivência. Entre os pobres urbanos encontram-se aqueles que fazem das ruas seus espaços de vida. Ainda que existam fatores de ordem individual que levem à situação de rua, esse fenômeno resulta, em grande medida, da adoção de projetos de desenvolvimento que privilegiam claramente as empresas e as elites, em detrimento da população em geral. Como afirma Escorel (2003, p.139):

Os que vivem nas ruas mostram "em carne viva" as consequências objetivas e cotidianas dos modelos de desenvolvimento concentradores e injustos adotados nas últimas décadas que reduziram, drástica e dramaticamente, o campo de possibilidades nas quais podem se movimentar e usufruir das riquezas produzidas e dos conhecimentos alcançados (ESCOREL, 2003, p.139).

Localizada na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes exerce a função de *cidade média* e polariza as cidades da região. Historicamente o município se destacou em escala nacional devido ao seu dinamismo econômico, primeiramente com a indústria sucroalcooleira e, mais recentemente, pelo recebimento de recursos provenientes da exploração de petróleo na Bacia de Campos. No entanto, essa opulência financeira não se reverteu em desenvolvimento social, de modo que seu espaço urbano é marcado pela desigualdade e pobreza. Ao caminhar pela área central da cidade é comum encontrar pessoas vivendo em condições precárias,



fazendo da rua seu local de moradia e sustento, possuindo presença ativa na construção e no uso do território.

Concordamos com Santos (2005, p.255) que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” e, por isso, falamos em território usado, definido a partir dos objetos e das ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Enquanto os agentes hegemônicos usam o território como um recurso, ou seja, apenas como um meio para potencializar suas estratégias corporativas, os agentes hegemônizados usam o território como um abrigo, ao passo que buscam constantemente adaptar-se ao meio geográfico local, recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Nesta concepção, o território usado é o lugar da existência e resistência, o lugar onde os pobres tomam consciência de sua condição e desenvolvem estratégias de luta e sobrevivência, mesmo que, muitas das vezes, estas sejam opostas às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 2000).

Embora as cidades apresentem-se como centros da acumulação e gestão do capital, elas constituem-se também no refúgio dos pobres, onde estes desenvolvem estratégias que garantem a sua sobrevivência. Como assinala Santos (2006), o fato de o espaço urbano reunir áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos assegura às cidades a possibilidade de acolher as mais diversas atividades, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, ao mesmo tempo em que a cidade acolhe uma racionalidade hegemônica que se constitui no uso corporativo do território, ela também acolhe outras racionalidades que se localizam entre os pobres, os migrantes e as minorias em geral com suas atividades marginais realizadas nas áreas menos modernas, tornadas irracionais para usos hegemônicos.

Apesar de viver em condições de profunda escassez, a população em situação de rua também desenvolve estratégias no espaço urbano que se mostram essenciais à sobrevivência. Contrariando os discursos impregnados de preconceitos e que classificam essa população como desocupada, estudos indicam que a população em situação de rua está incorporada à economia urbana via circuito inferior (SANTOS 2013), com a criação de trabalho em suas diversas formas.



2. OBJETIVO

Diante da problemática exposta anteriormente, o presente trabalho objetiva analisar os usos do território pela população em situação de rua presente na cidade de Campos dos Goytacazes, dando ênfase à incorporação desse grupo social à economia urbana da cidade.

3. METODOLOGIA

O trabalho está dividido em duas partes. Inicialmente, por meio de discussão bibliográfica, será feita uma análise a respeito da população em situação de rua no contexto da pobreza urbana no Brasil, destacando a inserção desse grupo na economia urbana das cidades. Posteriormente, abordaremos essa problemática considerando a população em situação de rua na cidade de Campos dos Goytacazes.

4. POBREZA URBANA, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

A população em situação de rua consiste em um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Esse grupo apresenta como importante característica o fato de utilizar os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Embora essas pessoas apresentem perfis diversos, os estudos indicam que esse problema insere-se num contexto amplo e estrutural de produção de pobreza na sociedade contemporânea e que mostra sua face mais extrema no espaço urbano. Conforme Penteadó (2012), a situação de rua apresenta-se como uma questão social originada, sobretudo, nos aspectos da pobreza decorrentes da urbanização. Do mesmo modo, Lucena (2013) entende que a população em situação de rua insere-se no contexto da pobreza urbana, resultando, entre outros fatores, das transformações no mundo do



trabalho advindas da modernização e da adoção de uma política neoliberal que aumenta as desigualdades sociais. Para o autor:

As transformações no mundo do trabalho têm provocado, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, o aumento da população de rua. O desemprego estrutural, resultante da redução dos postos de trabalho devido ao processo de automatização dos sistemas produtivos, tem excluído os trabalhadores do mercado de trabalho. Além disso, a política neoliberal adotada por vários países, a partir da década de 1980, marcada por um forte ajuste econômico, promoveu a desarticulação do chamado Estado de Bem Estar Social, através da desestatização das funções produtivas, dos serviços públicos e dos instrumentos de política social, limitando o poder do Estado de assegurar empregos e garantir a seguridade social a amplos contingentes da população, aprofundando o abismo social (LUCENA, 2013, p.110).

Em geral, as análises sobre a pobreza são realizadas mediante um olhar estatístico e externo à realidade estudada, no qual são considerados apenas critérios econômicos e de renda. Todavia, concordamos com Santos (2013) que as discussões sobre a pobreza devem ir além das análises estatísticas para situar o homem na sociedade global à qual pertence. Isso por que a pobreza não é apenas uma categoria econômica. Antes de tudo, trata-se de uma categoria política, pois estamos lidando com um problema social.

Segundo Santos (2001), o atual período revela uma pobreza estrutural globalizada que resulta de um sistema de ação deliberada. Se até então havia uma divisão do trabalho espontânea, hoje o que se tem é uma divisão do trabalho administrada, movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. O desemprego e a baixa remuneração do emprego advindos do processo de modernização, assim como a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação, contribuem para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza.

Embora exista em todos os países, a mesma se evidencia de forma mais severa nos países subdesenvolvidos, haja vista os efeitos perversos da modernização em seus territórios. Criações do sistema tecnológico polarizado nos países centrais, as modernizações do período atual são comandadas pela força da grande indústria, representada essencialmente pelas empresas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informações. As modernizações se concretizam nos



lugares na forma de objetos técnicos que, implantados de modo seletivo, formam territórios e lugares desiguais, condicionando a ampliação da pobreza.

Em geral, as modernizações eliminam a necessidade do trabalho humano, aumentando o desemprego ou condicionando a existência de empregos com baixa remuneração. Conforme Santos (2013, p.45):

Considerando o progresso tecnológico atual, a indústria cria apenas um número limitado de empregos, porquanto é “capital intensivo”. Além do mais, uma boa parte do emprego indireto é criada nos países centrais ou a partir deles. A agricultura também se moderniza: industrializando-se, expulsa sua população. Isso explica o êxodo rural e a chamada urbanização terciária. Uma alta porcentagem da população fica sem atividade e sem salário permanente, o que por sua vez resulta na deterioração do mercado de trabalho (SANTOS, 2013, p. 45).

Nesse processo, o Estado se retira das tarefas de proteção social e atua favorecendo as grandes corporações, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Assim, a existência de uma grande massa de pessoas trabalhando em atividades ocasionais ou vivendo com salários muito baixos, ao lado de uma minoria portadora de altas rendas, cria nas cidades uma divisão entre os que podem ter acesso permanente aos bens e serviços e aqueles que não têm condições acessá-los. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços nessas cidades, que Santos (2004) define como circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

Cada circuito se define por dois conjuntos de variáveis: o conjunto das atividades realizadas em certo contexto e o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Todavia, a definição não é rígida, de modo que a caracterização do circuito não pode ser feita através de variáveis isoladas, sendo necessário considerar o conjunto das atividades.

O circuito superior é resultado direto das modernizações que atingem o território. É constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Consiste nas atividades criadas em função das pessoas que podem se beneficiar dos avanços tecnológicos, ou seja, aquelas que possuem maior poder aquisitivo. Suas relações se dão



com o que é externo à cidade e à região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior.

O circuito inferior, por sua vez, também resulta da mesma modernização tecnológica, todavia de forma indireta. É constituído por atividades pouco capitalizadas e que apresentam um menor grau de tecnologia. O mesmo apresenta-se como um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno.

Ao discutir a pobreza urbana no Brasil, Santos (2013b) afirma que o rápido processo de urbanização do país revelou uma crescente associação com o aumento da pobreza, cujo locus passa a ser, cada vez mais, a cidade. O autor explica que com a modernização da agricultura ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo que vão buscar na cidade suas condições de sobrevivência. Já a indústria, que também se moderniza, reduz drasticamente o número de empregos. Por fim, o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. Acrescenta-se a esse processo o direcionamento dos investimentos públicos para a viabilização de uma cidade corporativa, que interessa, em primeiro lugar, aos agentes socioeconômicos hegemônicos. Para atender ao capital monopolista o Estado atua dotando a cidade com infraestruturas indispensáveis ao processo produtivo e à circulação dos agentes e dos produtos, em detrimento da maioria da população.

Como resultado desse processo, há o agravamento da pobreza urbana e o aprofundamento das desigualdades que, cada vez mais, se evidenciam na organização interna das cidades grandes e também das cidades médias. Geralmente, é comum o segmento populacional com maior poder aquisitivo residir nas áreas privilegiadas, podendo acessar os bens e serviços com facilidade, enquanto grande parte da população carente amontoando-se nas favelas e espaços periféricos com precária infraestrutura e sem acesso aos serviços básicos essenciais à sobrevivência, aumentando a situação de pobreza.

Essa pobreza nas cidades insere as pessoas em um contexto de inúmeras vulnerabilidades, a exemplo da escassez, do desemprego, da violência, do uso de drogas e da fragilização das relações familiares, levando indivíduos ou famílias inteiras a



buscar as possibilidades de sobrevivência nas ruas, as quais, na maioria das vezes, se dão por meio do circuito inferior da economia urbana.

Conforme Escorel (2003), os indivíduos em situação de rua são quase que exclusivamente provenientes das camadas mais pobres da população, possuindo baixa escolaridade e qualificação profissional, cujos vínculos estabelecidos com o mundo do trabalho já eram frágeis mesmo antes de se encontrarem na rua. A autora afirma que os processos de desvinculação do mundo do trabalho ocorreram de forma mais ou menos abrupta, sobre uma estrutura geral de inserção extremamente vulnerável. Suas trajetórias ocupacionais são configuradas por um movimento no qual a ausência ou precariedade de qualificação implicam a intermitência do vínculo, ou seja, a não-fixação no mundo do trabalho. Assim, ocorre uma dinâmica de deslocamentos por atividades e por lugares em busca de atividades, chegando ao extremo das ruas.

Entretanto, essas pessoas não se entregam. “Pelo contrário, dotados de competência para lutar, esforçam-se para dar a volta por cima. Portadores de coragem para sair do fundo do poço, renovam, a cada dia, a expectativa diante da sorte” (NEVES, 1999, p. 120). Isso vai ao encontro do que afirma Santos (2001), segundo o qual, embora a pobreza seja uma situação de carência, é também uma situação de luta, um estado de vida ativa, ao passo que ante a racionalidade hegemônica, desejosa de tudo conquistar, os pobres criam formas alternativas de racionalidade que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nos lugares.

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009)¹, 70,9% desse segmento social exerce alguma atividade remunerada. Aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência constituem minoria (15,7%). Trata-se, portanto, de um segmento populacional que, embora vivendo no limite da pobreza, ainda se insere na economia urbana.

Escorel (2003) afirma que as atividades por eles exercidas têm a intermitência como característica principal. São atividades que precisam ser buscadas diariamente e dependem das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades. Conforme Brasil

¹ A Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua realizada em 2008 sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) consiste no primeiro e único estudo realizado sobre esse segmento em âmbito nacional (BRASIL, 2008). O levantamento abrangeu 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e considerou apenas os adultos em situação de rua, tirando da análise as crianças e adolescentes. A pesquisa identificou um contingente de 31.922 adultos vivendo em situação de rua nas cidades.



(2008), entre as atividades realizadas por essa população, destacam-se as de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). A maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal, de modo que apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram trabalharem com carteira assinada.

Tais atividades, ao lado outras como a mendicância, o roubo e a prostituição, que passam à margem dos códigos de “normalidade” da sociedade sedentária, representam uma adaptação dos habitantes de rua às condições espaciais e sociais, à que estão inseridos (FRANGELLA, 2004). Embora sejam ocupações que não exijam qualquer qualificação, envolvem um processo de aprendizado, uma apropriação do "território de trabalho" e relações específicas com transeuntes (ESCOREL, 2003).

Convém ressaltar que os rendimentos obtidos com a realização de tais atividades não alteram as precárias condições de vida dessa população. Na maioria dos casos os vencimentos são revertidos imediatamente em recursos básicos como alimentação ou em bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas. Por mais que se esforcem, não conseguem sair desse círculo de labor e consumo diários num contexto de extrema escassez. Fatores como os estigmas negativos, a ausência de qualificação, assim como a ausência de residência fixa e de documentação comprometem a aquisição de empregos com ganhos melhores, que possibilitariam uma melhora em suas condições de vida.

5. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Localizado na Região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes possui uma população total de 463.731 habitantes. Desses, 418.725 (90%) vivem na área urbana e 45.006 (10%) residem na área rural (IBGE, 2010). O desenvolvimento de Campos confunde-se com o do próprio Norte Fluminense, sendo marcado por um aparente paradoxo, pois embora apresente um dinamismo econômico, sempre se caracterizou pela desigualdade social e pobreza.

Tanto o município quanto a região tiveram como principal atividade econômica, desde o período colonial, a monocultura da cana-de-açúcar e a transformação industrial desse produto (açúcar e álcool). A ação regionalista das elites açucareiras promoveu a monopolização do acesso e do controle de recursos oriundos das políticas setoriais,



reproduzindo uma economia extremamente concentrada e polarizada em termos de renda e do mercado de trabalho. Com a modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional, em detrimento de uma diversificação econômica, agravou-se a pobreza, com um mercado de trabalho marcado pelo desemprego e pela sazonalidade, na qual os trabalhadores alternavam entre o trabalho na agroindústria da cana e os serviços domésticos, entre outros considerados não qualificados (CRUZ, 2003).

Após a década de 1970, a indústria sucroalcooleira sofre forte declínio e a produção de petróleo e gás torna-se a atividade mais importante região, aportando altas rendas em *royalties* e participação especial aos municípios que integram a Bacia de Campos. Além disso, nos últimos anos, a região também vem recebendo grandes empreendimentos, com destaque para o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açu, em São João da Barra, cujos impactos econômicos e sociais são sentidos em Campos dos Goytacazes. Todavia, a despeito desse dinamismo econômico, apenas uma parcela da população consegue se beneficiar, de modo que persistem no município e na região o desemprego e o subemprego da imensa parcela da força de trabalho, altamente desqualificada, que vive de empregos informais e mora em favelas, loteamentos clandestinos ou mesmo nas ruas.

A configuração espacial da cidade sempre foi caracterizada pela dualidade centro-periferia, sendo esta resultante de um processo no qual o poder público municipal orientou-se por realizar investimentos na área central, promovendo a desvalorização das demais localidades nas quais se concentrava a população pobre, com a ausência de saneamento básico, serviços e infraestruturas (FARIA, 2005).

Ao longo do tempo, principalmente durante o século XX, a cidade foi alvo de diversos planos urbanísticos e normatizações que privilegiavam a área central em detrimento das demais regiões. As normatizações referentes ao uso dos espaços públicos atingiam principalmente as pessoas pobres que, por não serem absorvidas pelo comércio e pela indústria, utilizavam as ruas da área central da cidade para habitar e também para executar atividades de subsistência. Desse modo, tornava-se cada vez mais difícil realizar atividades como a de engraxate e a de vendedor ambulante. Além disso, tornou-se comum ter a força policial levando os chamados “mendigos”, “vagabundos” e “vadios” para a delegacia. O Centro deveria ser ocupado primordialmente pelas elites



urbanas em ascensão. Para a população pobre, restavam apenas as áreas periféricas, com péssimas condições de habitação (POHLMANN e FARIA, 2003).

Essa área se consolidou como um centro, havendo o fortalecimento do seu comércio. Com o passar do tempo, grande parte da população de alta renda que ali estava instalada manifestou a tendência em migrar para outros locais, provocando a formação de novas centralidades, a exemplo do Bairro Avenida Pelinca. Nesse processo, o Centro Tradicional que até então era restrito à classe dominante passou a abrigar uma enorme massa da população de menor poder aquisitivo, sem, no entanto, perder sua relevância, haja vista que atualmente se consolida predominantemente como lugar do comércio e do serviço na cidade, com a presença de atividades ligadas tanto ao circuito superior, como circuito inferior da economia urbana.

Percebe-se, atualmente, uma clara concentração da população em situação de rua no Centro da cidade. Análises iniciais permitem considerar que os usos do território pela população em situação de rua na área central da cidade de Campos dos Goytacazes estão condicionados às formas espaciais ali contidas. Por ser dotada de equipamentos e serviços públicos e privados, a área oferece uma variedade de espaços pelos quais este grupo populacional pode fazer uso em suas necessidades de sobrevivência. O grande fluxo populacional durante o dia, ligado ao comércio e aos serviços, possibilita a esses indivíduos a realização de atividades que possam gerar rendimentos, a exemplo da catação de materiais recicláveis, além da lavagem e guarda de carros - “flanelinhas”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua apresenta-se como uma de suas faces mais extremas da pobreza urbana. Para esse grupo social, a rua adquire novos significados e novos usos, configurando-se no espaço de habitar e trabalhar. É por meio do circuito inferior essa população se insere na economia urbana.

A forma como a cidade está organizada condiciona a vida dessas pessoas, haja vista que suas estratégias de uso se definem a partir desta organização. Em Campos dos Goytacazes, a população de rua se aproveita das formas e dinâmicas próprias do Centro Tradicional para realizar suas estratégias de sustento. Considera-se que analisar os usos



do território por essa população possibilita uma melhor compreensão do espaço urbano, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. Site Le Mond Diplomatique Brasil, 2008. Disponível em: <<http://webserver.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 03/01/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2009.

CRUZ, José Luis Vianna. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu (orgs.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. p. 77-117.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In.: BURSTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Geramond, 2003, pp.139-172.

FARIA, T. J. P.. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, p.4478-4799, 2005.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10/10/16.

LUCENA, Wagner Leite de. Território de exclusão: a distribuição espacial da população de rua do centro de Patos/PB. **Cadernos do LOGEPA**. v.8, n.1-2, p. 103-126, jan./dez. 2013.

NEVES, D. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, nº31, Jan/Dez. Salvador, 1999.



PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. **Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

POHLMANN, Maria Alice de Oliveira; FARIA, T. J. P.. Discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista A Aurora-Letras- Artes-Sciências. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento: repensando Teorias e Práticas.** Belo Horizonte: s/e, 2003. v. 1. p. 1-19.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, n.9, jul/dez, 2000.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Ano 6, nº. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. M.. **Pobreza Urbana.** 3ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. M. **A urbanização brasileira.** 5ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013b.